

QUANDO UM MANUSCRITO TORNA-SE FONTE HISTÓRICA: AS MARCAS DE VERDADE NO RELATO DE GABRIEL SOARES DE SOUSA (1587). ENSAIO SOBRE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Temístocles Cezar*

En histoire, nos constructions sont au mieux des reconstructions.

Paul Ricoeur¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é o de analisar a operação historiográfica que transformou a obra de Gabriel Soares de Souza, de gênero literatura de viagem, em documento histórico no decorrer do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia – Literatura de Viagem – Documento Histórico.

Peri existiu. O personagem principal de *O Guarani* é, segundo seu autor, um índio que representa verdadeiramente sua raça. Um texto do século XVI, que freqüentemente é identificado ao gênero dos relatos de viagem, auxilia José de Alencar na descrição do nativo: «preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois»².

O referente da ficção é construído a partir de um elemento exterior ao relato: um texto cuja credibilidade repousa na certeza de que aquilo que foi visto pelo narrador é confiável. O romance de Alencar baseia-se em um tipo de documento que passou a ser definido, em um dado momento, como uma *fonte histórica*; neste caso, em um relato que reenvia o leitor a um tempo onde era possível ver a raça indígena tal como ela deveria ter sido na sua plenitude. Através dos olhos de Gabriel S. de Sousa, José de Alencar vê o índio em seu *estado puro* e não o índio *corrompido* pelo tempo, espécie de simulacro que impede uma ficção *real*³. A visão do *outro* no século XVI é, portanto, percebida como uma imagem verdadeira no século XIX.

Francisco Adolfo de Varnhagen, da mesma forma que José de Alencar, utiliza-se do relato de Gabriel S. de Sousa como uma possibilidade de acesso à realidade do Brasil do século XVI. Em 1851, em carta remetida ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Varnhagen apresenta o livro de Gabriel Soares como a obra « talvez a mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista, prestou valiosos auxílios aos escritos do padre Cazal e dos contemporâneos Southey, Martius e Denis, que dela fazem menção com elogios não equívocos»⁴.

O padre Cazal, o poeta e historiador Robert Southey, o viajante naturalista Karl von Martius e o viajante e literato francês Ferdinand Denis, alargam de uma maneira significativa as redes de recepção de um texto que, curiosamente, circulou quase dois séculos não somente sob um pseudônimo, mas com títulos e datas de publicações divergentes. Acrescente-se às circunstâncias de criação, produção e circulação do relato, o fato de o original ter sido perdido.

* Professor do Departamento de História – IFCH/UFRGS. Doutorando na EHESS/Paris.

¹ RICOEUR, Paul. «L'écriture de l'histoire et la représentation du passé», *Annales HSS*, juillet-août 2000, n° 4, p. 746.

² ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 204

³ «Cette approche pourrait aider aussi à mener un peu plus loin le débat sur histoire et littérature ou histoire et fiction, non pas du tout pour réduire la première à la seconde, en s'arrêtant sur la manière dont, par exemple, l'œil des romanciers du XIX^e siècle travaille le partage entre visible et invisible et dit le réel.» HARTOG, François. «L'œil de l'historien et la voix de l'histoire», in *Communications*, n° 43, 1986, p. 56. Segundo Michel de Certeau «en fait, malgré le quiproquo de ses status successifs ou simultanés, la fiction, sous ses modalités mythiques, littéraires, scientifiques ou métaphoriques, est un discours qui 'informe' le réel, mais ne prétend ni le représenter ni s'en créditer.» _ «IV. L'histoire, science et fiction», in CERTEAU, M. de. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard. Collection Folio/Essais, 1987, p. 69. Para uma perspectiva mais geral ver : TODOROV, Tzvetan. «Fictions et vérités», in TODOROV, T. *Les morales de l'histoire*. Paris: Hachette, 1997, pp. 163-210.

⁴ A carta de Varnhagen ao IHGB datada de 1° de março de 1851, em Madri, aparece como prefácio ao livro de Gabriel S. de Sousa: *Notícia do Brasil (1587)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1974. Col. Brasiliensia Documenta, vol. VII. (comentários e notas de F. A. de Varnhagen), p. 1.

Foi o próprio Varnhagen quem, após ter consultado e confrontado várias edições, restaurou o relato e atribuiu sua redação definitiva a Gabriel S. de Sousa. Para Varnhagen este texto seria «tão correcto quanto se poderia esperar sem o original, enquanto o trabalho de outros e a discussão não o aperfeiçoarem ainda mais, como terá de suceder»⁵.

Após sua recomposição Varnhagen institui o texto como fonte legítima para o saber histórico. Os procedimentos de reconstituição que tornaram válida esta fonte inscrevem-se em um conjunto de regras aceitas por esta *protocomunidade acadêmica*, os quais se revelam bem menos ortodoxos do que se poderia esperar das *ciências positivas* do século XIX. Varnhagen, por exemplo, esclarece os limites da fonte: na ausência do original é o texto possível, aberto ao debate.

O trabalho do historiador que valida a representação textual de uma experiência vivida por um indivíduo europeu nas terras do Novo Mundo, tem por pressuposto a possibilidade de a fonte exprimir enunciados verdadeiros. Recurso fundamental à conversão de um texto em fonte fidedigna do passado, as «marcas de verdade» dos relatos quinhentistas são efeitos, em proporção não negligenciável, do *olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja «o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar»⁶. Princípio teórico-metodológico que rege a produção do relato e que estabelece seus limites, a *autópsia* é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária).

O objetivo deste artigo é o de analisar como foram produzidas algumas destas *marcas de verdade* na obra de Gabriel Soares de Sousa. Para tanto, será necessário remontar certos passos da *operação historiográfica*⁷, que a transformou em documento histórico no decorrer do século XIX.

Gabriel S. de Sousa é, hoje, o nome mais citado pela historiografia brasileira entre os autores que se enquadram, de uma forma ou de outra, na chamada literatura de viagens do século XVI. Seu relato foi apresentado em 1587, havendo dele várias cópias manuscritas, na sua maior parte anônimas⁸. Esta ausência de identificação autoral permite, no entanto, que se acompanhe um pouco mais de perto a evolução do manuscrito do século XVI até a obra identificada como de Gabriel S. de Sousa no século XIX. Os exemplos de Robert Southey, Manoel Ayres de Casal, Karl von Martius, Ferdinand Denis e de F. A. de Varnhagen são significativos para se seguir o rastro do relato.

Robert Southey, na sua obra *History of Brazil*, publicada na Inglaterra entre 1810 e 1819, utiliza um exemplar anônimo do manuscrito, ao qual faz referência constante ao longo do segundo capítulo do primeiro volume, onde descreve os índios do século XVI. É em uma nota explicativa que o historiador inglês define a importância do relato que ele está seguindo:

*When Jan de Laet wrote, the Tupiniquins were ad summum paucitatem redacti. He says, they had been of all the Savages the most irreligious, the most obstinate, and the most vindictive. This is indirect contradiction to the character given them by the Author of the Noticias, who is better, as well as elder authority, because he wrote from what he had seen and learnt in the country.*⁹

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, apud. SOUSA, Gabriel Soares de. op. cit., p. 02. Para uma análise mais geral acerca do uso que Varnhagen faz dos relatos de viagem do século XVI ver: CEZAR, Temístocles. «Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica», *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-graduação em História/UFRGS, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, pp. 38-53.

⁶ HARTOG, Fr. *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 1991, p. 224.

⁷ Sobre a noção de «operação historiográfica» ver CERTEAU, M. «L'opération historiographique», in *L'écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard, 1975, pp. 63-120.

⁸ «Esta obra doze anos depois, já existia em Portugal ou por cópia ou em original; e em 1599 a cita e copia Pedro de Mariz na segunda edição de seus Diálogos. Mais tarde copiou dela Fr. Vicente do Salvador e por conseguinte o seu confrade Fr. Antonio Jaboatão. Simão de Vasconcellos aproveitou do capítulo 40 da primeira parte as suas Noticias 51 a 55 e do capítulo 70 a Notícia 66». VARNHAGEN, F. A. de. in SOUSA, G.S. de. op. cit., p.2.

⁹ SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, 1810. V. I, pp. 627-628. (esta citação corresponde a nota 12 da segundo capítulo, p. 40).

Para Southey, o princípio que rege, diferencia e valida um relato cujo autor é desconhecido é, paradoxalmente, a autópsia. O fato de considerar o texto como sendo um escrito anônimo esta amplamente compensado pelo nível das informações e pela objetividade do sujeito que narra. O anonimato não impede o autor de ter realmente existido.

O padre Cazal, ao contrário, tem dúvidas sobre o autor do manuscrito. Em um comentário crítico sobre o relato, que mais tarde foi atribuído a G. Soares de Sousa, Cazal, também em uma nota de pé de página, afirma que:

Francisco da Cunha, ou qualquer que he o Author do MS. intitulado : Descrição Geografica d'America Portuguesa, escrita em quinhentos oitenta e sete, diz que Gonçalo Coelho fôra o primeiro explorador da Costa Brazilica (depois de Cabral, e Lemos); mas não nos declara em que anno¹⁰.

E na nota seguinte conclui:

A razão, porque cuido ser o mencionado MS. de Francisco da Cunha, he por dizer o Author da Justificação referida, que aquelle fizera um Roteiro da Costa Brazilica por ordem de Dom Christovam de Moura : e uma das duas copias, que vi, e que não passa da primeira parte, (e não me lembro se toda) traz uma Dedicatória àquele Fidalgo, datada em Corte de Madrid, no principio de Março de quinhentos oitenta e sete. Esta Dedicatória falta na copia do que existe na Real Biblioteca, e que he muito maior¹¹.

Os comentários de Cazal não somente atribuem a qualidade de autor do manuscrito a Francisco da Cunha, a partir, é verdade, de uma conjunção de fatores um pouco exagerados, mas também demonstram que ele exerceu uma certa influência sobre outros autores, mesmo se para o padre o exemplo tenha sido negativo. O texto, hoje de Gabriel S. de Sousa, ficou quase três séculos entre o anonimato ou a ignorância de seu verdadeiro autor, entretanto, ele produziu efeitos: tinha, portanto, conteúdo.

Nesta mesma perspectiva, o testemunho de Martius é significativo. O viajante naturalista cita o manuscrito na introdução de sua obra *Herbarium Florae Brasiliensis*, impresso em Munique em 1837, e o coloca entre aqueles que se ocuparam da flora brasileira. Na sua opinião, o autor poderia ser Francisco da Cunha. Em um outro trabalho, Martius refere-se ao relato dizendo que: «Num dos mais antigos documentos portugueses do século XVI, não existem enumerados mais do que três povos, entre os quais, os tupis são divididos em nove tribos». E ainda em uma nota explicativa sobre a própria natureza da fonte deste dado ele acrescenta: «Notícia do Brasil, descrição verdadeira da costa daquele Estado, que pertence à Coroa do reino de Portugal, feita por seu autor desconhecido, mas que depois foi verificado ser Gaspar Soares de Lisboa»¹². Enfim, as divergências acerca da identificação do autor são insuficientes para desqualificar as informações que o manuscrito contém. Martius teve a oportunidade, no entanto, de fazer uma última e definitiva correção:

Neste agrupamento de nomes das plantas, em língua tupi, era necessário reportar-se às primitivas fontes históricas. Entre as acessíveis para mim, está em primeiro lugar a Notícia do Brasil, escrita nos últimos decênios do século XVI, por Gabriel S. de Sousa, conforme demonstrou Adolfo Varnhagen. Bem que os escritos de Léry e Thevet sejam mais antigos do que aquele documento, não se podem comparar, na abundância e clareza das informações, com a Notícias do Brasil.¹³

Neste livro, que data da primeira metade do século XIX, não somente não há mais dúvida sobre o autor do manuscrito, como ele já apresenta um estatuto no campo historiográfico: ele é uma fonte histórica importante. E quem fala possui a autoridade de um cientista, de um viajante naturalista que, entre outras coisas, havia redigido a monografia

¹⁰ CAZAL, P. Manoel Ayres. *Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Tom. I, p. 42.

¹¹ Idem, pp. 43-44.

¹² MARTIUS, K. von. *Von dem Rechtszustande Brasiliens* (1867, Leipzig), apud PIRAJA, p. 251-252.

¹³ MARTIUS, K. von. *Pflanzennamen in der Tupisprache*, 1858. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*. T. II, p. 373. Apud, Pirajá, p. 252.

premiada em um concurso do IHGB, cujo tema era *como se deve escrever a história do Brasil*¹⁴.

A recepção de Ferdinand Denis é um pouco diferente dos autores citados acima. Em um livro publicado em 1837, por exemplo, Denis afirma que Francisco da Cunha é o autor do manuscrito: «Francisco da Cunha é, como eu posso provar, o autor deste precioso *Roteiro* (...). Esta preciosa crônica contém mais fatos sobre as antigas nações do Brasil que qualquer outra obra contemporânea»¹⁵.

Denis não apresenta nenhuma prova determinante para identificar o autor do manuscrito, salvo sua própria autoridade. Supõe-se que no manuscrito antigo por ele consultado estivesse escrito o nome de Francisco da Cunha como sendo o autor legítimo. Esta hipótese não deve ser descartada uma vez que em algumas cópias do manuscrito haviam assinaturas sobrepostas. Mas, em 1864, na introdução à edição do livro do padre Yves d'Evreux, Denis, em um curto comentário, atribui, finalmente, o texto a Gabriel S. de Sousa:

*Bien que ce missionnaire [Fernand Cardin] ne puisse nullement se comparer pour l'importance des documents qu'il renferme à Gabriel Soares, auquel il faudra toujours recourir dès que l'on prétendra avoir une idée exacte des nationalités indiennes et de la migration des tribus, il est surtout par son style, de la parenté de notre vieil écrivain; il a comme lui un abandon de préjugés qui lui fait aimer les Sauvages et un charme d'expression qui peint admirablement l'Indien dans son Aldée, en nous révélant surtout la grandeur naïve de son caractère*¹⁶.

A confirmação do nome do autor, a qual é creditada a Varnhagen em uma nota de pé de página, é acompanhada da reafirmação da qualidade das informações contidas no texto¹⁷. Este testemunho torna-se ainda mais importante ao se considerar a influência que Denis exerceu sobre os intelectuais brasileiros ao longo do século XIX¹⁸. O próprio Varnhagen se serve da influência de Denis na apresentação que faz do texto de Gabriel S. de Sousa aos membros do IHGB:

*Esta restauração dei-a por enquanto por acabada; e desde que o Sr. Ferdinando Denis a inculcou ao público europeu, com expressões tão lisonjeiras para um de vossos consórcios, creio que devemos corresponder a elas provando nossos bons desejos, embora a realidade do trabalho não vá talvez corresponder à expectativa do illustre escritor francês quando disse: 'Ce beau livre ... a été l'objet d'une ... (permiti-me, senhores, calar o epíteto com que me quis favorecer) ... dissertation de M. Adolfo de Varnhagen. Le écrivain que nous venons de nommer a soumis les divers manuscrits de Gabriel Soares à un sérieux examen, il a vu même celui de Paris, et il est le seul qui puisse donner aujourd'hui une édition correcte de cet admirable traité, si précieux pour l'empire du Brésil*¹⁹.

Enfim, fixa-se a idéia segundo a qual o relato de Gabriel S. de Sousa conduziria o leitor à realidade do século XVI, um mundo onde os viajantes e senhores de engenhos (Gabriel S. de Sousa teria sido ambos), teriam bons sentimentos pelos nativos, e estes, em contrapartida, teriam se convertidos em bons selvagens. Denis reforça a idéia das origens da nação brasileira: o bom selvagem do século XVI é um sujeito passível de tornar-se brasileiro, o que na leitura racista e teleológica do século XIX, auxiliará na constituição da proposições de branqueamento das raças que habitam o Brasil. O estado de natureza brasileiro não é hipotético e negativo como aquele projetado por Hobbes; não, ele existiu e é a partir dele que

¹⁴ MARTIUS, K. von. «Como se deve escrever a história do Brasil», *Revista do IHGB*, 6, 1844. Republicado na *Revista do IHGB*, 219, 1953, pp. 187-205.

¹⁵ DENIS, Ferdinand. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1837. Note (***), p. 11.

¹⁶ DENIS, Ferdinand. «Le P. Yves d'Evreux et les premières missions du Maranhão», (introdução) a Evreux, P. Yves d'. *Voyage dans le Nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614*. Leipzig et Paris: Librairie A. Franck, 1864, p. XXXI.

¹⁷ «Ces deux ouvrages ont été exhumés par M. Adolfo de Varnhagen, l'historien si connu du Brésil. Ce dernier ouvrage [de Gabriel S. de Sousa] dont un ms. Se trouve à la bibliothèque impériale de Paris est reproduit également par son habile éditeur, dans la *Revista trimestral*» DENIS, F. «Le P. Yves d'Evreux...», op. cit., p. XXI, note 2.

¹⁸ Sobre Denis, ver ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991. Agradeço ao colega Marcos Veneu (Casa Rui Barbosa/Rio de Janeiro) a indicação deste trabalho.

¹⁹ VARNHAGEN, F.A. de. in SOUSA, G.S. de. op. cit., p. 01. Francês no original.

se desenvolve a nação brasileira²⁰. Todavia, esta opção de ler Gabriel S. de Sousa como um personagem idílico de um mundo em formação não é o produto de uma análise ingênua; ao contrário, é uma estratégia do contrato dos políticos e intelectuais que fundam e consolidam o Império. O *contratualismo* brasileiro, que não descartava a colaboração europeia, planejava contar a história do Brasil através da reconstrução de um processo linear, cujas origens harmoniosas demonstrariam a superioridade da raça branca sobre as demais e se compatibilizariam com o que imaginavam poder ser, ou se tornar, o Brasil do século XIX. Uma tática menor, é certo. Mas não negligenciável. São os usos e os alcances de uma retórica histórica²¹.

Neste sentido, o trabalho de Varnhagen sobre o códice de Gabriel S. de Sousa é um exemplo notável. A tarefa do historiador foi, como ele mesmo explica, de estabelecer a verdade de uma «obra que corria espúria, pseudônima, e corrompida no título e na data»²². Varnhagen afirma ter consultado, em 1847, o códice existente na Biblioteca de Paris, e que teve também ocasião de examinar *uns vinte mais* espalhados entre a Europa e o Brasil.

O périplo de Varnhagen, entretanto, não foi suficiente para que ele pudesse encontrar o manuscrito original: «uma infinidade de cópias mais ou menos erradas, em virtude de leituras erradas feitas por quem não entendia do que lia»²³. Mas, «graças porém às muitas cópias que nos restam – a uma de Évora sobretudo, creio poder dar no exemplar que vos ofereço o monumento de Gabriel Soares»²⁴. Trata-se, portanto, de uma missão reservada a um profissional, a um historiador, e não aos amadores. É preciso competência e inteligência; é preciso método, e de um *método científico*. Neste caso, Varnhagen explica que o principal procedimento metodológico do qual se serviu para restaurar o códice foi o da comparação entre os vários exemplares entre eles a partir da verificação de datas, nomes nativos da fauna e flora, bem como de aspectos da população e do cotejo com outras fontes, da longa duração que se estende do século XVI ao XIX. Além disto, Varnhagen publicou um apêndice ao livro de Gabriel S. de Sousa de 270 comentários, ou seja, mais ou menos um por capítulo, que compõem o lado visível e analítico das ações que recriaram o relato e que permitiram a identificação do autor²⁵.

Na carta que envia ao IHGB, na qual explica o processo de restauração do manuscrito, Varnhagen anexa uma carta, datada de 1º de março de 1587, em Madri, e assinada pelo próprio Gabriel S. de Sousa, através da qual ele oferece a obra a um protegido de Filipe II, D. Cristóvão de Moura. O conteúdo desta carta seria uma prova indubitável da autoria do manuscrito: «como minha tenção não foi escrever história que deleitasse com estilo e boa

²⁰ Ver HOBBS, T. *Leviathan*. London: Penguin Books, 1968. C. XIII, (63), p. 187.

²¹ Sobre a retórica na história ver MEGILL, A. “The rhetoric of history”, NELSON, J./ MEGILL, A. / McCLOSKEY, D (eds.) *The rhetoric of the human sciences: language and argument in scholarship and public affairs*, The University of Wisconsin Press, 1987, p. 221-238.

²² VARNHAGEN, F.A. de. in SOUSA, G.S. de. op cit., p. 01.

²³ Idem, p. 201. Esta seria, segundo Varnhagen, uma das causas dos problemas do códice: «As mesmas cópias por desgraça foram tão mal tiradas que disso proveio que o nome do autor ficasse esgarado, o título se trocasse e até na data se cometessem enganos!». Idem, pp. 02-03. Também o número de cópias justificaria a importância do manuscrito. Em geral, os comentadores de Gabriel S. de Sousa, acentuam os equívocos e anacronismos dos diferentes manuscritos. Por exemplo, em uma edição portuguesa da obra, publicada em 1989, Luis de Albuquerque afirma que os textos de Gabriel Soares de Sousa «(...) apresentam variações entre eles, e, por vezes, incluem partes que são claramente apócrifas, como aquela que faz menção a existência de plantas de café e de chá no sertão da Bahia – quando nós sabemos que o cafeeiro somente foi introduzido no Brasil em 1727, pelo comandante Francisco de Melo Palheta, ou seja, cem e quarenta anos após Gabriel Soares de Sousa ter oferecido uma cópia de sua obra a Cristóvão de Moura». ALBUQUERQUE, Luis de. «Comentário», in SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989, p. 260. Esta versão portuguesa tem por base a edição da *Academia das Ciências de Lisboa* de 1825 (integrada à *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, tomo III, parte I), com a qual Varnhagen não estava de acordo, embora reconhecesse seus méritos por tratar-se uma primeira edição. Mas, segundo o historiador brasileiro, o códice era *pouco fiel*, pois revisor não conhecia a *nomenclatura das coisas da nossa terra*. Idem, p. 03.

²⁴ VARNHAGEN, F.A. de. in SOUSA, G. S. de. op. cit., p. 02.

²⁵ Entretanto, Varnhagen é prudente e objeta *a priori* possíveis críticas: «O tempo fará ainda descobrir algumas correcções mais que necessitar esta obra, já pelo que diz respeito a nomes de locais que hoje só poderão pelos habitantes deles ser bem averiguados, já por alguns nomes de pássaros, insectos, e principalmente de peixes não descritos nos livros, e só conhecidos dos caçadores, roceiros e pescadores». VARNHAGEN, F. A. de. Idem, pp. 201-202.

linguagem, não espero tirar louvor desta escritura e breve relação (...), que a V. S. eu ofereço»²⁶. Estava terminado. Finalmente o texto pertencia a Gabriel S. de Sousa.

A carta que identificou a autoria da obra contém também um outro ponto que não escapou a Varnhagen: as relações entre a competência literária do autor e suas potencialidades científicas. Assim, a modéstia de Gabriel S. de Sousa, aparentemente um simples efeito de estilo, uma prevenção necessária, que normalmente significa o inverso do que se diz, enfim, um truque ingênuo da retórica, cuja contrapartida é a expectativa que o receptor negue a suposta autocritica, foi aceita totalmente por Varnhagen que valoriza sobretudo a *cientificidade do autor e do texto* :

*O nosso autor é singelo, quase primitivo no estilo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos custa a descobrir se ele, com estudos regulares, seria melhor geógrafo que historiador, melhor botânico que corógrafo, melhor etnógrafo que zoólogo*²⁷.

O perfil traçado, em uma primeira e rápida análise, está de acordo com o *espírito científico* do século XIX: o poder de observação aliado à objetividade descritiva; o desprezo pelo estilo, definido como ornamento da escritura, e, portanto, como insignificante para produção do saber. A única coisa que importa são as informações descritas por Gabriel S. de Sousa, independente da forma narrativa.

No entanto, é preciso, parece-me refutar este tipo de leitura do século XX que generaliza e naturaliza códigos de comportamento ao longo do século XIX²⁸. Ainda que esta posição seja corrente entre os historiadores atuais, resta uma simples questão: por que Varnhagen fala do estilo de Gabriel S. de Sousa? Uma primeira resposta poderia concluir que não havia ainda nesta época o divórcio institucional efetivo entre história e literatura. Varnhagen, um típico homem de ciência do século XIX, romancista eventual, preocuparia-se também com o *ornamentos* do saber e com as desenvolturas formais da escritura. Ele teria ainda qualquer coisa do *micróbio literário* identificado por Langlois²⁹.

O livro de Gabriel S. de Sousa, em sua última versão, divide-se em duas partes: a primeira parte apresenta 74 capítulos, onde o autor fornece um *roteiro* geral da costa do Brasil e da sua estrutura administrativa ; a segunda parte, é composta de 196 capítulos, nos quais o

²⁶ Entretanto, Varnhagen é prudente e objeta *a priori* possíveis críticas: «O tempo fará ainda descobrir algumas correções mais que necessitar esta obra, já pelo que diz respeito a nomes de locais que hoje só poderão pelos habitantes deles ser bem averiguados, já por alguns nomes de pássaros, insetos, e principalmente de peixes não descritos nos livros, e só conhecidos dos caçadores, roceiros e pescadores». VARNHAGEN, F. A. de. Idem, pp. 201-202.

²⁷ Idem, p. 03. O julgamento do século XX não será muito diferente. Assim, por exemplo, Alfred Métraux comenta que «Soares de Sousa a un esprit scientifique étonnant pour son époque». MÉTRAUX, A. *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris: P. Geuthner, 1928, p. 03.

²⁸ François Hartog demonstra as complexas relações entre a escritura e a questão do estilo no século XIX: «(...) l'historien écrit, mais il n'est pas et surtout ne doit pas être un écrivain. Cela posé, demeure pour le commentateur, la question inévitable et insoluble de son statut 'littéraire' et, pour l'historien, celle du style: doit-il en avoir ou pas (c'est-à-dire en fait, acquérir celui qui donnera justement au lecteur l'impression qu'il n'en a pas)? (...) Puisque l'histoire n'est plus un art, mais une science, l'historien est dans la même position que le savant. Ainsi pour Renan, (...) 'la règle du bon style scientifique, c'est la clarté, la parfaite adaptation au sujet, le complet oubli de soi-même, l'abnégation absolue'. Mais il ajoute aussitôt, effaçant la distinction qu'il vient de dessiner: 'C'est là aussi la règle pour bien écrire en quelque manière que ce soit'. Du point de vue de l'écriture, rien ne distingue donc, fondamentalement, le savant de l'écrivain: tout commence par l'oubli de soi. (...): le savant n'est jamais autant un écrivain que quand il ne l'est pas. (...) Le constat de cette situation ancienne et paradoxale est suivi d'une double justification du style: expression de la vérité avant tout, il 'n'est beau que par le nombre de vérités qu'il faut valoir'». HARTOG, Fr. *Le XIX^e siècle et l'Histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. Paris, PUF, 1988, pp. 152-153. Para uma análise mais específica sobre a questão do estilo na história, ver o polêmico trabalho de GAY, Peter. *Style in History*. New York: Basic Books, 1974. Sobre o ensaio teórico «On style in history», cuja conclusão é que o «style is the art of the historian's science», pp. 183-217. Sobre as relações entre a história e literatura ver o clássico de GOSSMAN, Lionel. *Between History and Literature*. Cambridge and London: Harvard University Press, 1990.

²⁹ «Les divers microbes littéraires se logent, de préférence, dans les extrémités et dans les jointures des livres d'histoire, c'est-à-dire dans les introductions, les conclusions et les paragraphes de transition», in *L'histoire au XIX^e siècle*, repris dans «Questions d'histoire et d'enseignement», Paris, 1902, p. 229, n° I, apud HARTOG, Fr. *Le XIX^e siècle et l'histoire* ... op. cit., p. 155. De modo geral, este tipo de análise é desconsiderada pelos comentadores de Varnhagen. É o caso, por exemplo, de Arno Wehling, em *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 150-152

autor faz uma descrição da fauna e da flora da Bahia, bem como dos costumes e da língua dos seus habitantes e vizinhos. Esta distribuição temática organiza, dá forma, portanto, aquilo que foi visto *in locu* no século XVI por Gabriel S. de Sousa. Porém, a autópsia, marca de enunciação que prova a verdade do relato por uma fórmula que implica a presença física do narrador na cena descrita, raramente é utilizada ao longo do texto. Na verdade, como ato, a visão de Gabriel S. de Sousa é um sentido quase ausente.

Isto não quer dizer que o narrador não se preocupe com a veracidade do que relata. É necessário, entretanto, decodificar o relato a fim de encontrar os indicadores que provam que o registro não é falso. Os testemunhos dos nativos são um exemplo. Ele pode estar associado à experiência do índio com o português, como no caso do uso medicinal de uma determinada raiz: «muito experimentada pelos índios como pelos portugueses»³⁰; ou pode ser um testemunho isolado, normalmente de um velho índio, como em Jean de Léry³¹: «os primeiros habitantes que viveram na Bahia de Todos os Santos e nesta região, segundo as informações (...) dos índios mais antigos, foram os tapuias»³². No primeiro fragmento, a experiência nativa vem acompanhada de uma ratificação portuguesa; um recurso freqüente, no relato de Gabriel S. de Sousa. No segundo, é a fala *selvagem* que valida o discurso europeu.

De modo geral, é possível se perceber a busca de signos de veracidade do relato a partir de seu lado negativo, ou seja, quando o autor não é responsável pelo que descreve. A responsabilidade é, portanto, atribuída a uma terceira pessoa, determinada ou não. É o caso, por exemplo, das pedras preciosas, tema habitual do discurso colonizador e do qual Gabriel S. de Sousa é um importante enunciator: «segundo a informação do gentio, nasce [o Rio Grande] de uma lagoa em que se afirma acharem-se pérolas»³³. Apesar da dúvida, pois o autor não diz que viu, o argumento estimula o projeto migratório e a defesa do território. Mas, se alguém migrar para estas terras e nada de valor encontrar, o texto é absolutamente claro: é o gentio que se enganou ou mentiu, jamais o narrador. Em um outro caso semelhante, o autor declara que

*Ao longo deste rio [São Francisco] vivem agora alguns caetés de um lado, e de outro vivem os tupinambas, em cima vivem os tapuias de diferentes casta, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas ; e além deles vive outro gentio (não tratando dos que comunicam com os portugueses), que se atavia com jóias de ouro, de que há certas informações*³⁴.

Observe-se que a única tribo que se adorna com ouro é justamente, uma das quais os portugueses não tem contato. Por outro lado, a fonte é indeterminada. Certamente, devem existir pedras preciosas, mas, no entanto, o narrador não as viu.

O sujeito indeterminado aparece ainda em situações banais que, em princípio, não modificam a impressão geral do que transmite. Por exemplo, quando o autor quer demonstrar a riqueza do Colégio dos padres da Companhia de Jesus em Salvador, ele anota que dele se «afirma que trazem mais de duas mil vacas»³⁵; ou ainda quando *dizem que* no interior do *coco nasce um bicho que os faz secar*³⁶. O dado aparentemente pouco significativo, adquire sua importância à medida que ele sinaliza as formas através das quais o autor produz a fonte da qual se serve: *por ouvir dizer*.

O mundo do fantástico é explicado de modo semelhante por Gabriel Soares de Sousa. Ele não viu, mas os índios e os escravos negros viram. Por exemplo: «não há dúvidas que na Bahia e nos seus recantos se encontram muitos destes homens marinhos»³⁷, os quais teriam matado índios e escravos negros, sendo que cinco de sua propriedade. Entretanto, como sobre os escravos e nativos paira inexoravelmente alguma suspeita, o narrador faz intervir na cena o testemunho do *mestre de açúcar* do seu engenho, um empregado respeitável, que teria visto, através da janela da casa, *um vulto na água maior que um homem e que os negros disseram*

³⁰ SOUSA, G. S. de. op. cit., p. 91.

³¹ Ver LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage en terre de Brésil (1578)*. Paris: Le Livre de Poche, 1994.

³² Idem, p. 166.

³³ Idem, p. 10.

³⁴ Idem, p. 21.

³⁵ Idem, p. 67.

³⁶ Idem, p. 86.

³⁷ Idem, p. 152.

ser o *homem marinho*³⁸. A estratégia do relato é a de situar o olhar nativo e, de agora em diante, também o olhar do escravo, em uma posição que lhes permitam ver coisas estranhas à visão do europeu, coisas do mundo daqui. Mas, desta vez, trata-se de um olhar comprovado por uma pessoa da confiança do autor. O resultado, portanto, desta estratégia, é a criação de uma cadeia por meio da qual Gabriel S. de Sousa substitui a visão pela crença.

O exemplo das serpentes é ainda mais interessante: o narrador explica que existem serpentes que medem até vinte metros, que pesam mais de cem quilos, e que são capazes de autoregenerar seu corpo outrora devorado por urubus. Além disto, alguns destes répteis podem engolir homens e animais inteiros, os quais, não raramente, conseguem escapar: «afirmam os línguas que houve índios, que estas cobras engoliram, que estando dentro da sua barriga, tiveram acordo de as matar com a faca que levavam dependurada ao pescoço como costumavam»³⁹. Finalmente, o testemunho-chave: «e um Jorge Lopes, almoxarife da capitania de S. Vicente, grande língua, e homem de verdade, afirmava que indo para uma aldeia do gentio no sertão achara uma cobra destas no caminho»⁴⁰, no interior da qual encontraram quatro porcos! Após esta informação, fornecida por um intérprete reconhecido como uma pessoa honesta, o narrador também se autoriza a afirmar: «e eu vi uma pele de uma cobra destas que tinha quatro palmos de largo»⁴¹. Gabriel S. de Sousa não viu exatamente a serpente, mas encontrou a prova irrefutável da sua existência: a parte exterior, a pele. É a primeira e única autopsia do autor ao longo de todo o relato.

Estes episódios escapam ao modelo do relato de viagem português, sobretudo o de Gabriel S. de Sousa, que, geralmente, não faz este tipo de concessão⁴². No entanto, repare-se nas formas de recepção deste tipo de argumento. Para Varnhagen, por exemplo,

*Soares não pôde ser superior ao que terminantemente ouvia afirmar, e ao seu século; pois que era idéia antiga também na Europa, com as sereias, etc. (...). As assaltadas de que se faz menção seriam talvez obra de tubarões ou de jacarés, uma vez que por ali não consta haver focas*⁴³.

Já para a historiografia atual os eventos narrados por Gabriel S. de Sousa são percebidos como manifestação do imaginário, produtoras de saber e de crenças sobre o século XVI; em síntese, como as pessoas desta época pensavam, ou ainda em que coisas *absurdas* elas acreditavam. Seria interessante, por outro lado, se analisar estes acontecimentos também como uma astúcia do relato de viagem do século XVI, ou ainda como uma estratégia de interpelação do discurso dos *leitores ordinários*, mas, sobretudo, do discurso dos sábios, ou seja, àqueles, que na verdade, serão os leitores de Gabriel S. de Sousa. Neste sentido, há no texto uma escala de legitimação discursiva: *nós* começamos a ver estas coisas *estranhas* do século XVI, primeiro através dos índios e escravos negros, em seguida pelo almoxarife, e, finalmente, pelo próprio narrador. É como se a crença fosse se estabelecendo aos poucos, autorizando-se a cada testemunho, através de movimentos cuidadosos, planejados, que conduzem a informação, potencialmente duvidosa no início, à verdade provada pela visão do autor.

A objetivação da crença, no caso da descrição de *seres maravilhosos*, adquire uma consistência maior por estar constantemente acompanhada de cifras, ou dados que conferem ao relato marcas que tornam mais difícil a dúvida: uma silhueta *maior* que a de um homem; que matou *cinco* índios; as serpentes de *vinte metros*, *cem quilos* e *oitenta centímetros* de largura, que podem engolir *quatro* porcos e *um* nativo, etc. Dimensionar, estabelecer parâmetros, definir o cromatismo dos objetos, são características do texto de Gabriel S. de Sousa, quase uma obstinação, que favorece sua recepção à medida que a história torna-se científica.

Nesta perspectiva, não é nada surpreendente que um casal de baleias encontradas nas margens do rio de Pirajá, em 1580, *as quais foram ver quem quis*, tenha sido submetida a um exame quase nosográfico de seu tamanho por ordem de Gabriel S. de Sousa:

³⁸ Ib. idem. Pero M. Gângavo também fala dos *homens marinhos* na sua *História da Província Santa Cruz*, (1576), São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980, C. IX, p. 119.

³⁹ Idem, p. 142.

⁴⁰ Idem, p. 141.

⁴¹ Ib. idem.

⁴² Ver HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Nacional/Edusp, 1969, p. 1

⁴³ VARNHAGEN, F.A. de. in SOUSA, G.S. de. op. cit., pp. 228-229.

*e eu mandei medir a fêmea, que estava inteira, e tinha do rabo até a cabeça setenta e três palmos de comprido, e dezessete de alto, fora o que tinha metido pela vasa, em que estava assentada; o macho era sem comparação maior, o que se não pode medir, pode medir, por a este tempo já estar despido de carne, que lhe tinham levado para azeite; a fêmea tinha a boca tamanha que vi estar um negro metido entre um queixo e outro, cortando com um machado no beijo de baixo com ambas as mãos, sem tocar no beijo de cima; e a borda do beijo era tão grossa como um barril de seis almudes; e o beijo de baixo saía para fora mais que o de cima, tanto que se podia arrumar de cada banda nele um quarto de meaço; a qual baleia estava prenhe, e tiraram-lhe de dentro um filho tamanho como um barco de trinta palmos de quilha; e se fez em ambas de duas tanto azeite que fartaram a terra dele dois anos. Quando estas baleias andam na Bahia acompanham-se em bandos de dez, doze juntas, e fazem grande temor ao que navegam (...)*⁴⁴.

O narrador se preocupa com a exatidão do registro. No seu texto, ou no trabalho a que foi submetido, houve uma tentativa visível de se depurar a carga de subjetividade que pudesse comprometer excessivamente o relato com a ficção. Um exemplo neste sentido, se encontra nos testemunhos dos velhos nativos: «e pelo nome tão semelhante destas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos desta nação»⁴⁵. Note-se que Gabriel S. de Sousa está falando das *origens* dos nativos, sem, no entanto, mencionar a constituição de mitos, sem Deus, sem cosmogonias; trata-se, simplesmente, de um dado.

Um outro exemplo significativo é a espantosa frieza demonstrada por Gabriel S. de Sousa ao tratar do ritual antropofágico que pôs fim à vida do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. O religioso viajava da Bahia a Lisboa acompanhado do provedor-mor Antonio Cardoso de Barros, de *dois cônegos e duas mulheres honradas e casadas, muitos nobres e outra muita gente*, que ao total contariam mais de cem pessoas, excluindo-se os escravos, quando o barco naufragou na costa brasileira. Uma parte considerável dos tripulantes se salvaram de morrerem afogadas, mas não do *caetés*:

*depois que estes caetés roubaram este bispo e toda esta gente de quanto salvaram, os despiram, e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo sem escapar mais que dois índios da Bahia com um português que sabia a língua, filho do meirinho da correição. A terra que há por cima desta enseada até perto do rio de São Francisco e toda alagadiça*⁴⁶,

e o autor continua com a descrição deste rio. A tragédia aparece, portanto, em meio a uma análise cartográfica, apontamentos contábeis (dois cônegos, cem pessoas), e sem nenhuma marca de emoção: Gabriel S. de Sousa narra as coisas *tais como elas se passaram*; mesmo que os envolvidos fossem seus compatriotas. Ele é, portanto, verdadeiramente imparcial.

Um outro exemplo pode ser observado quando o autor fala das *pacobas e bananas*: «quem cortar atravessadas as pacobas ou bananas, ver-lhes-á no meio uma feição de crucifixo, sobre o que os contemplativos têm muito a dizer»⁴⁷. O narrador é aquele que registra e descreve objetivamente a forma do fruto e sua estrutura interna. A crítica aos *contemplativos* é uma forma irônica de exprimir a desconfiança em relação àqueles que querem fazer desta terra um outro paraíso, onde o sagrado poderia se manifestar no interior mesmo de uma banana⁴⁸. Esta última relação não é aleatória, ela encontra-se no próprio texto de Gabriel S. de Sousa, cujo objetivo era justamente desarticular, através de um discurso *realista*, a idéia segundo a qual o Novo Mundo seria a recriação do Éden:

Como não há ouro sem fezes, nem tudo é à vontade dos homens, ordenou Deus que entre tantas coisas proveitosas para o serviço deles, como fez na Bahia,

⁴⁴ Idem, p. 151.

⁴⁵ Idem, p. 187.

⁴⁶ Idem, p. 19.

⁴⁷ Idem, p. 98.

⁴⁸ «Irony presupposes the occupation of a 'realistic' perspective on reality, from which a nonfigurative representation of the world of experience might be provided.» WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins Press, 1973, p. 37.

houvesse algumas imundícias que os enfadassem muito, para que não cuidassem que estavam em outro paraíso terreal, (...)»⁴⁹.

Este mundo não foi feito para ser contemplado, mas para ser colonizado pelo trabalho, pela ocupação dos espaços, pela dominação da natureza e assujeitamento dos homens, à imagem do que o próprio autor teria praticado.

Um último exemplo deste *novo realismo* é a descrição que Gabriel S. de Sousa faz de um animal *mui estranho*; trata-se do *preguiça*, *nome certo mui acomodado a este animal* «pois não há fome, calma, frio, água, fogo, nem outro nenhum perigo que veja diante, que o faça mover uma hora mais que outra»⁵⁰. Gabriel S. de Sousa compara o *preguiça* ao *cão d'água* («felpudo e do mesmo tamanho»), e ao gato (por causa de sua cabeça e de seus dentes). As fêmeas têm um filho de cada vez «e parem em cima das árvores, de cujas folhas se mantêm, e não se descem nunca ao chão, nem bebem», e comem tão pouco que podem ficar de quinze a vinte dias sem se alimentarem. A descrição, embora bem mais complexa do que foi resumido aqui, opera-se a partir de um conjunto de equivalências lógicas e coerentes podendo ser compreendidas facilmente pelo leitor. Assim, o animal é comparável ao cão e ao gato, sua cor não é inabitual e se ele come pouco, ao menos ele come. Ele não se inscreve, portanto, em um campo da zoologia fantástica ou das criaturas inimagináveis, que teriam a capacidade de viverem sem se alimentarem, como acreditavam Thevet e Léry, ou seus informantes⁵¹. Enfim, o animal pode ser *estranho*, mas não é impensável; ele apenas é diferente, é exótico.

A busca de objetividade ao longo do relato de Gabriel S. de Sousa se faz a partir de uma metodologia diversificada. Neste sentido, em diversas ocasiões o autor reconhece os limites de suas fontes. Falando, por exemplo, dos hábitos dos índios *ubirajaras*, o autor menciona que um dos povos inimigos deste é composto de

*mulheres, que dizem ter uma só teta, que pelejam com arco e flecha, e se governam e regem sem maridos, como se diz das amazonas; das quais não pudemos alcançar mais informações, nem da vida e costume destas mulheres*⁵².

O clássico caso das *amazonas* se inscreve em um campo onde as certezas são limitadas pela escassez das fontes. Descrever sem fontes suficientes é um exercício perigoso, cujo risco maior é o de remeter o narrador, e o leitor, para as redes da ficção, e incentivar a produção de mitos que se quer evitar. A mesma coisa se passa quando Gabriel S. de Sousa pretende explicar quem são os *aimorés*, índios *ferozes*: «e como eles são tão esquivos inimigos de todo o gênero humano, não foi possível saber mais de sua vida e costumes, e o que está dito pode bastar por ora»⁵³. Ou então quando ele fala dos *tapuias*, divididos em tantas castas diferentes que eles não têm nem costumes e língua comum, o autor reconhece, no entanto, a falta de informações detalhadas para continuar a descrição. A alternativa é selecionar: «mas, pois, ao presente não é possível, trataremos de dizer dos que vizinhos com a Bahia, sobre quem se fundaram todas as informações que neste caderno estão relatadas»⁵⁴.

Por outro lado, a respeito de dados de ordem cartográfica, o autor não hesita em apontar o erro da fonte: «estas ilhas se mostram na carta mais chegados à terra, o que é erro manifesto»⁵⁵; ou simplesmente a coloca em dúvida:

*chama-se este rio de S. Francisco, porque afirmam os povoadores da capitania de S. Vicente, que se informaram do gentio, donde vinha este rio, que entra no mar desta costa, e que lhe afirmaram ser um braço do Pará, a que os portugueses chamam de S. Francisco, que é o que já dissemos, o que não parece possível, segundo o lugar onde se vai meter no mar tão distante deste*⁵⁶.

⁴⁹ SOUSA, G. S., de. op. cit., p. 145.

⁵⁰ Idem, p. 140.

⁵¹ Ambos, acreditavam que o *preguiça* se alimentava de vento. LÉRY, J. op. cit., p. 274; THEVET, André. *Les Singularités de la France Antartique (1557)*. Paris: Ed. Chandeigne, 1997. (édition intégrale établie, présentée et annotée par Frank Lestringant), pp. 199-200. Ambos, acreditavam que o *preguiça* se alimentava de vento.

⁵² Idem, p. 190.

⁵³ Idem, p. 31.

⁵⁴ Idem, p. 190.

⁵⁵ Idem, p. 47.

⁵⁶ Idem, p. 54.

Em suma, Gabriel S. de Sousa adverte os leitores dos riscos da generalização, indica que não pode explicar tudo, mas o que era possível e que deveria ser suficiente para aquele momento, e, finalmente, ele corrige. O relato, segundo seu próprio autor, não é um texto exaustivo. Seus limites são uma consequência imposta pelo método. A palavra de ordem é o raciocínio lógico; o método de Gabriel S. de Sousa abusa das cifras e dos cálculos, descreve, nomeia e retifica tendo por base as informações recolhidas por ele ou por outros. Mas a obtenção das informações no relato de viagem do século XVI implica que alguém tenha necessariamente visto aquilo que passa a ser transmitido como *dado da realidade*. O manuscrito, depois o livro de Gabriel S. de Sousa, não apresenta citações de outros autores ou de outros relatos de viagem, e o autor em apenas uma circunstância diz *eu vi*. Seu texto, a partir do trabalho a que foi submetido, foi transformado em uma descrição *pura* que, entretanto, pressupõe a todo o momento a visão *in locu*. A autópsia é, portanto, o fundamento metodológico elementar; ela é a medida de todas as coisas, visíveis e, paradoxalmente, invisíveis.

ABSTRACT: The objective of this article is to describe and analyze the historyographical process that changed the work of Gabriel Soares de Souza, whose genre is travel literature, in historical documents through the XIX century

KEY-WORDS: Historiography – Travel Literature – Historical Documents